

A pessoa com deficiência numa perspectiva do discurso religioso: inclusão ou exclusão na Assembleia de Deus.

Sheila Santos Carvalho Ribeiro¹

Resumo: Pretendemos uma análise de como o discurso de uma igreja cristã influencia as relações quanto às pessoas com deficiência, no que tange a trajetória predominantemente marginalizada que são submetidas essas pessoas. De como a Igreja Assembleia de Deus demonstra através de seu discurso as relações de inclusão ou exclusão quanto à recepção da pessoa com deficiência.

Palavras chave: Deficiência, Discurso, Assembleia de Deus.

Introdução

Localizado em diversos contextos, o imaginário coletivo em relação à pessoa com deficiência diferiu-se relativamente do discurso atual, que exige em tese, afirmação da dignidade, de direitos e de reconhecimento de obstáculos (BRASIL, 2011). Da antiguidade à modernidade, os fatos, reflexos e discursos foram passando pela exclusão justificada à luta contra o preconceito historicamente produzido. A exclusão das pessoas com deficiência respaldada pela inquisição, pela reforma protestante, foram causadoras de atrocidades e mortes e em nome de Deus (FEITLER, 2007, p.215; PATTO, 2000, p.14; ARANHA, 2000, p.11; FOUCAULT, 1987, p. 7).

Entretanto, por influência do cristianismo, não se pode negar o discurso de acolhimento, de cura e de sentimento de caridade em relação às pessoas com deficiência. Tais ressonâncias podem ser provenientes tanto do discurso em torno do “Jesus histórico”, do “Jesus mítico” ou mesmo “Jesus narrativo”, (FERRAZ, 2008); (SOUZA, 2012); (ALONSO, 2012).

¹ Pedagoga e Psicopedagoga pela Universidade Estadual de Goiás, diretora acadêmica, auxiliar institucional e professora de filosofia da educação na Faculdade Serra da Mesa, mestranda em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Faculdade Serra da Mesa. Bolsista da FaSeM. E mail: sheila.com@hotmail.com

Notadamente, infere-se a influência que a religião tem e parece continuar a ter, como papel significativo na forma de perceber, tratar e legitimar ações de exclusão e inclusão, como proposta das práticas sociais em diversas épocas.

No caminho de desafios a favor do reconhecimento, a temática foi ampliada e amparada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada em dois mil e dezesseis, tornando-se um instrumento de afirmação de direitos humano. Segundo a Organização Mundial de Saúde, com base nos dados de dois mil e onze, um bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, alertando que oitenta por cento dessas pessoas residem em países em desenvolvimento e entre essas pessoas, num total de vinte por cento estão as pessoas mais pobres do mundo, incidindo marginalização e vulnerabilidade (BRASIL, 2011). Ainda se considerarmos que a primazia de Jesus Cristo é servir (cf. Lucas 14) aos mais pobres, fracos e necessitados, pode-se afirmar que nestes dados encontra-se uma demanda negligenciada por Cristo ou pelas instituições religiosas?

A intencionalidade desse artigo é apresentar por um lado concepções culturalmente construídas e legitimadas, a partir de um ideário de perfeição, por outro lado como o discurso de uma igreja cristã recepciona a problemática da inclusão-exclusão. E como a historicidade de "marcadores sociais", (ZAMBONI, 2012, p.15) podem nos auxiliar na compreensão da trajetória da pessoa com deficiência. Assim, como possibilidades de refletir no que essa trajetória de fatos e discursos nos conduziram ao que hoje interpretamos por inclusão e exclusão. Por isso, cabe refletir, se há recepção ou não pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil- C.G.A.D.B, de uma proposta de inclusão das pessoas com deficiência?

Uma das implicações que chama atenção sobre a temática da deficiência e sua recepção na religião, tem haver com a concepção de corpo e normalidade como constituição social. O corpo desenvolve meios de expressões, ele fala, tem movimento, e nem sempre estabelece conexões das quais somos capazes ou nos propomos a perceber, em primeira instância. Trata-se das construções sociais que estabelecemos e reconhecemos como normal e anormal. O corpo neste contexto é "fonte inesgotável de símbolos"(LEMOS, 2011, p. 285), por isso, reflete, representa, e anuncia além das questões biológica, questões sociais. (CAVALCANTE, 2009; GOFFMAN, 1988).

A partir dessas informações, o corpo com limitação, com diferença, como é o caso do corpo da pessoa com deficiência, estabelece diferentes reações na recepção simbólica dos indivíduos. Aquilo que não está dentro de padrões considerados normais, tende a estabelecer estranhamento, neste caso, implicações que podem relacionar-se pela falta de informação, pelo preconceito e pela indiferença. E todas as situações acima citadas, conscientemente ou inconscientemente tendem a invisibilizar a pessoa com deficiência, concomitante legitimando ou acentuando a exclusão.

Mesmo com o fortalecimento do cristianismo, embasada na ideia de que todos são imagem e semelhança de Deus, o processo de marginalização da pessoa com deficiência foi legitimada pela sociedade e pelas próprias religiões cristãs (WEBER, 2000, p.289). Neste cenário a "legitimidade" constituiu paradoxalmente consequências diversas, e a religião enquanto chave da história pode contribuir para descortinar nosso olhar sobre a questão.

Como se dá a recepção da deficiência na Igreja Assembleia de Deus

Cabe ressaltar que não é interesse culpabilizar a instituição religiosa por promover o processo de marginalização da pessoa com deficiência, primeiramente por que trata-se de um desafio proposto a todas as religiões e de todas instituições que lidam com pessoas.

Ademais, a Igreja Assembleia de Deus contribui significativamente para a redução de complexidade, e como outras instituições religiosas é provedora de mercadoria simbólica (PASSOS, 2012, p. 257). É, neste contexto que analisaremos seu discurso quanto à pessoa com deficiência. A instituição desenvolve projetos ambiciosos para conquista de membresia, conta com forte representatividade na política partidária e no cenário social. Dado importante que demonstra a possibilidade de luta pelos direitos contra a exclusão das pessoas com deficiência. A posição privilegiada coloca a instituição em lugar de destaque, desde suas primeiras influências no Brasil, com destaque para seu projeto Década da Colheita entre os anos de mil novecentos e oitenta à mil novecentos e noventa (MARIN, 2014, p. 437).

Freston (1993) Marino (1999), em suas pesquisas consideram a Igreja Assembleia de Deus, inclusa na "primeira onda" do movimento pentecostal vindo para o Brasil, em mil novecentos e onze. Sucessivamente a segunda e terceira

onda, ainda assim as assembleias, reunidas, consolidaram-se como instituição forte no cenário religioso (FREESTON, 1994, p. 71; (MARIANO, 1999).

Motivados por uma visão profética e financiados por uma instituição religiosa sueca, Daniel Berg e Gunnar Vingren, em um projeto de missão chegam em Belém do Pará. Entre divergências e influências com outros grupos religiosos criam inicialmente a igreja com nome de Missão de Fé Apostólica, que em mil novecentos e dezoito altera-se para o nome utilizado até os dias atuais de Assembleia de Deus.

Em decorrência do aumento de demanda e procura, houve crescimento de ofertas religiosas, instituições tradicionais começam a se reorganizarem. Algumas, fazendo releituras de suas teologias, porém nota-se a I.A.D manteve-se indiferente em relação a temática da luta pelos direitos da pessoa com deficiência, suas releituras se deram mais no campo do conservadorismo, e, em alguns casos contra as minorias. (MARIANO, 1999; PIERUCCI, 2004; CAMPOS, 1996; MARIN, 2014,p.444).

Para isso, cabe refletir sobre a oportunidade destacada pela Assembleia Geral Extraordinária da C.G.A.D.B, realizada em mil novecentos e oitenta e nove, onde foi criada uma comissão nacional para adaptar e projetar a instituição. Eram finalidades do projeto:

O anteprojeto era ambicioso e reafirmava a maioria das metas estabelecidas pelo Comitê internacional, porém apresentava algumas alterações. As metas eram: 1) organizar três milhões de intercessores que orassem pelo êxito da *Década da Colheita*; 2) ampliar para 50 milhões o número de fiéis por meio da conversão de novos membros, da manutenção dos fiéis no rol de membros e da reconquista daqueles que tinham se afastado ou se convertido às outras religiões; 3) formar e treinar 100 mil *obreiros* que se dedicassem à militância evangelizadora; 4) fundar 50 mil novas igrejas; e 5) enviar missionários para outros países (A DÉCADA, 1990, p. 11).

A divulgação do projeto *Década da Colheita* e a mobilização dos fiéis em nível nacional foram realizadas nos cultos, nas escolas dominicais, nas publicações oficiais e por meio da impressão de 100 mil cartazes e de três milhões de folhetos (DANIEL, 2004, p. 541). Para que as metas fossem alcançadas foram previstas reestruturações internas na Igreja. Entre elas, o reforço dos princípios teológicos e doutrinários, a reordenação dos cultos e das escolas dominicais e a realização de investimentos para aumentar o número de membros e de templos. O projeto estabelecia dezoito reestruturações, sendo a principal a reforma dos cultos, que deveriam priorizar os testemunhos legítimos, os exemplos das lideranças, as manifestações dos dons, a pregação, o ensino bíblico, as orações e os jejuns. As igrejas deveriam ficar abertas durante todo o dia e passariam a realizar três reuniões diárias, priorizando a pregação, os testemunhos e o envolvimento dos fiéis no projeto *Década da Colheita*(MARINS, 2014, p.439- 440).

Todavia, não conseguimos perceber em nenhuma das cinco metas o diálogo com a questão da deficiência. Seria isso preocupante, já que existia um forte demarcador social, na década de setenta, anterior ao projeto de projeção, fortemente ligado a luta pelos direitos da pessoa com deficiência (OLIVEIRA, 2010, p.27-40; ZAMBONI, 2012,p. 17).

Nesta oportunidade, a recepção da pessoa com deficiência demonstra continuar fortemente ligada à relação de pecados, de carga, de sofrimento. Talvez, reflexos da interpretação bíblica descontextualizada de espaço e tempo. A exemplo da cura do paraplégico, em Lucas 5: 17-26, a frase "*Jesus disse: homem seus pecados estão perdoados*", o discurso sem análise do contexto social, histórico, geográfico e cultural, pode gerar narrativas excludentes, onde coloca-se a condição de deficiência como caracterização de pecado, ou seja, se tens alguma limitação, é por que estás errado, então precisa se consertar, ou continue à margem. E dessas narrativas podem derivar inúmeras interpretações equivocadas quanto à deficiência. Essa pequena análise pode demonstrar o quanto os discursos contribuíram para legitimação de um *ethos* excludente do cristianismo, como também do distanciamento teórico e prático (RIBEIRO, 2017, p.88-89). Que por sua vez desenvolve-se nas narrativas, nas ações e visões de mundo da I.A.D. Conforme objetivava o projeto "década da colheita", havia também expresso a ideia de que através das representações políticas ter-se-ia resoluções dos problemas sociais do país, com forte apelo de que os membros votassem em políticos ligados a I.A.D. Essa perspectiva trouxe grandes expectativas aos membros, pois instaurava esperanças, sobretudo nos mais necessitados, o resultado foi uma representação política significativa.

Os fiéis foram mobilizados para votarem nesses candidatos pela defesa dos bons costumes, da liberdade religiosa, dos interesses da Igreja e para resolverem os problemas sociais do Brasil (OS RUMOS, 1986, p. 15-16). Como resultados dessas mobilizações foram eleitos 33 deputados evangélicos, sendo 13 assembleianos. (MARINS, 2014, p. 438).

A meta da representação partidária trazia uma mensagem de políticas que contribuíssem com as resoluções dos problemas sociais do país. Em relação aos interesses da igreja, neste contexto, não percebe-se um destaque em inserir a exclusão da pessoa com deficiência, como luta de direitos e como problema social. Nota-se, mais uma vez a falta de abertura em relação a esta discussão.

Seria um tabu, discutir sobre essa temática ou indiferença por parte da I.A.D quanto as pessoas com deficiência?

A inclusão ou necessidade da inclusão é abordada na I.A.D?

Para entender um pouco sobre a intencionalidade da I.A.D abordar ou não a temática da pessoa com deficiência, iremos aos seus principais documentos, onde expressamente deduzimos conter suas finalidades e princípios. São eles: Estatuto da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. Regimento Interno da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, e seu Código de Ética e Disciplina. No código de ética a menção destacada abaixo representa o compromisso ético com as leis vigentes e com a bíblia sagrada, apresenta a ideia do tempo e espaço ocupado.

*"baseada nos santos princípios insculpidos na Bíblia Sagrada, nas leis vigentes em nosso país e na moral específica estabelecida e consagrada ao longo dos **cem anos de existência** das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus sediadas em todo o Brasil."*(CÓDIGO DE ÉTICA, 2016, p.1).

O documento serve de destaque para fazer a relação que propomos, as implicações do discurso. Tomar como articulador o conceito de construção de visão de mundo, Geertz (1996), para deixar claro aqui que o objeto do pesquisador não é definir, sob sua análise, mas dialogar com autores e conceitos, também sobre o que está nas entre linhas e mais ainda nas implicações do que produz o texto e a própria fala. Pois, da análise estruturada a partir da escola simbólica percebemos como se dá a construção cultural das pessoas e das instituições religiosas. É desse ponto que se dá nossa fala, do encontro com autores e das ressonâncias geradas por construções de narrativas. Cabendo ressaltar que também é a partir da atividade simbólica que podemos nos permitir entender as trajetórias e as contradições que criamos e legitimamos. Sem esse olhar, podemos continuar sempre no mesmo lugar, lugar que não cabe crítica e possibilidade de melhorar.

Portanto, além da produção escrita, aqui como exemplo de alguns documentos citados da I.A.D, podemos analisar também a inspiração bíblica, que sustenta as narrativas. Suas diversas possibilidades de interpretações, que através do discurso da liderança religiosa tem um impacto sobre seus liderados, podendo em alguns casos tornar-se inquestionável. E esse fato tem haver com

a construção do *ethos* da instituição, como abordado no tópico acima. Por esse exercício podemos melhor compreender como as construções e visões de mundo se situam e por que permanecem dia a dia, anos e gerações.

Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por se apresentar como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. Essa confrontação e essa confirmação mútuas têm dois efeitos fundamentais. De um lado, objetivam preferências morais e estéticas, retratando-as como condições de vida impostas, implícitas num mundo com uma estrutura particular, como simples senso comum dada a forma inalterável da realidade. De outro lado, apóiam essas crenças recebidas sobre o corpo do mundo invocando sentimentos morais e estéticos sentidos profundamente como provas experimentais da sua verdade (GEERTEZ, 1989, p.66 e 67)

Na perspectiva do autor, nas relações religiosas estão contidas formas de representações que vão construindo a "tom", o "caráter" de um grupo de pessoas. Para isso ele descreve a "religião como sistema cultural", prioritariamente privilegiadora de abordagens simbólicas. A partir dessas explicações podemos analisar a postura da I.A.D diante da temática da pessoa com deficiência, com aporte dos seus estatuto e regimento. Do olhar da indiferença, do preconceito, da institucionalização da deficiência, da caridade e da cidadania, entrelaçam-se as perspectivas históricas e sociais legitimadas quanto a exclusão e inclusão da pessoa com deficiência.

A I..A.D situada como igreja cristã, não deixa de carregar a carga de pré conceitos e de ações em relação à trajetória de marginalização. Conforme abordado em *Epopéia Ignorada*, o autor faz uma historicidade da trajetória do cristianismo e a pessoa com deficiência, desde a antiguidade aos dias atuais, das atrocidades e luta pela defesa dos direitos, marcadamente, ambos os casos justificados pelo imaginário cristão(SILVA, 1987). Assim podemos compreender a força da religião como "sistema simbólico, estruturada e estruturante de ordem social" nos diversos contextos na sociedade, sobre tudoquanto á forma da legitimidade. O que não implica dizer que através da religião não há possibilidade de movimentos que desafiem tal ordem estabelecida, seja pela via da denúncia ou de ações, a favor do excluídos(BOURDIEU, 2007,p.69-71).

As dificuldades dessas denúncias podem relacionarem com o "dualismo cristão", de certo e errado, sagrado e profano, normal e anormal, implicações

que articulam-se no imaginário das pessoas. Como também, lugar de destaque, a religião por meio de suas "teodiceias" contribui para legitimar a aceitação social, neste caso específico, corroborando com a aceitação do sofrimento de limitações impostas às pessoas com deficiência. Notamos essas relações no discurso de promessa de recompensa em outro mundo e de sofrimento justificado. Onde a pessoa com deficiência e lideranças religiosas pudessem dar sentido às suas realidades, justificando seus lugares e suas desigualdades, assim criando certa "nomia" social, de formas eficazes. (BERGER, 1985, p. 42-47; WEBER, 2009, p.283)

Contudo, mesmo com ausência clara da abordagem da questão da inclusão da pessoa com deficiência, como proposta de direitos humanos, não se pode apenas acusar a I.A.D de não receber a pessoa com deficiência, pois isso seria um certo antagonismo. Principalmente por que o fato de receber não significa incluir, a recepção pode ser ainda mais excludente que a não recepção. Ademais, devemos considerar que esta igreja está inserida em uma tradição religiosa contraditória, que é o cristianismo, posterior em uma sociedade que tem graves desafios quanto a forma de tratar a pessoa com deficiência. Por outro lado, a I.A.D, tem deixado de afirmar valores importantes para a discussão da inclusão-exclusão da pessoa com deficiência, uma vez que em seus projetos pouco tem anunciado e denunciado sobre a questão, ou no caso dos analisados neste artigo, inexistem (SILVA, 1987, p. 271-272; (BRASIL, 1993; OLIVEIRA, 2010; JACOPO, 2007).

Problemática e desafio posto para I.A.D, quanto a forma de tratar a pessoa com deficiência

Para Ruiz (2004, p.48), o ser humano, antes de pensar logicamente as coisas, imagina-as. A imaginação é muito mais que a mera possibilidade de fantasiar a realidade. "Ela constitui a potencialidade que o ser humano tem de impregnar sentido, de modo volitivo e afetivo, as sensações" (Ruiz, 2004, p.42); (LE MOS, 2016, p.51)

Tudo aquilo que se percebeu em relação à pessoa com deficiência, foi gerador de significado, como um conjunto de palavras e de ações, que em um processo dialético constitui o pensamento humano. E esses múltiplos significados, mesmo que paradoxais em diversos momentos, podem ser

colocados sobre a luz de uma fé mais inteligível e prática, principalmente se for para afirmação da dignidade humana.

A teologia sistemática tem a seu modo trazido algumas discussões importantes para o debate com a teologia e as ciências da religião, colocando-se como um novo lugar de linguagens de representações (ROCHA, 2007). Por isso a I.A.D ao instituir-se como instituição "*sal da terra e luz do mundo*", abarca para si uma enorme responsabilidade em relação à sua teologia, como também em relação às suas práticas sociais (CÓDIGO DE ÉTICA, 2016, p.1). Em virtude da natureza teológica que prega em nome de Cristo, fica posto problemática se desafios para I.A.D, por um lado, pela situação de estar localizada em um contexto excludente, por outro lado pelo silêncio de suas lideranças e membros a favor das pessoas com deficiência.

A expressão de incluirmos os membros nestas reflexões, aqui apresentada como problemática e desafio, se dá, por aquilo que Rocha (2007) abaixo explica sobre a co responsabilidade da recepção dos discursos, trata-se de algo que encontra legitimação. Ou seja, o importante é o que se retém, o que se mostra como consenso, e essa relação merece nossas atenções. Não apenas em querer encontrar um culpado, ou o problema. Parece valer mais a tentativa da compreensão do processo, neste caso, de como concebemos a legitimação da exclusão ou o silêncio em torno das problemáticas e desafios. Para isso o autor diz: "É preciso abrir mão de teorias gerais, de tentativas de dizer tudo sobre o todo. Não é na explicação do todo que o discurso teológico encontrará sua relevância, mas na auscultação detida das partes" (ROCHA, 2007, p.149).

Lideranças e membros ao se proporem e assumirem posturas includentes em relação à pessoa com deficiência, devem refletir sobre a temática, sobre no que contribuiu com a trajetória da exclusão, sobre por que silenciou-se perante um tema de tanta relevância, pois a memória fortalece o próximo passo (PADILHA, 1992).

Considerações Finais

Aquilo que se manifesta nos discursos religiosos nem sempre é aquilo que percebemos em um primeiro momento, nem sempre uma narrativa consegue tornar visível as finalidades próprias. Tais finalidades vão se manifestar em diversos contextos e serão interpretadas de diversas formas, assim acontece

com as construções sociais. Se, nos propormos a outras interpretações, das quais se diferenciem aquelas que já estão sedimentadas, é preciso aprofundar, sair da lógica ambivalente de campo binário e tentar outras percepções que podem até parecerem óbvias, mas podem não serem.

Em uma das fases considerada por Foucault, arqueológica, anterior as fases genealógica e ética, ele nos explica sobre as palavras e as coisas e sobre o discurso, e, mesmo discutindo as relações de poder, o sujeito era sua principal preocupação, neste período da sua teoria, ele diz que são as palavras que produzem as coisas e não as coisas produzem as palavras (FOUCAULT, 1999, p. 13). A partir desse entendimento, demonstra-se a que a possibilidade de vermos o que está por trás das coisas, dos discursos, entender o que não foi dito, investigar profundamente, torna-se um instrumento importante de interpretação. Isso implica em uma posição de compreender do que se ocupa o que falamos ou o que deixamos de dizer.

As interpretações bíblicas e narrativas por elas produzidas quando submetidas à análise do campo do discurso nos revelam questões importantes para entendermos as camadas sobre as quais fomos construindo e legitimando as relações sociais, neste caso, o processo de exclusão-inclusão na I.A.D (FOUCAULT, 1987, p.31). Na perspectiva da análise do discurso religioso, a partir dessas relações das quais tentamos dialogar, neste pequeno ensaio sobre a pessoa com deficiência, deduzimos diversas lógicas, acima expostas, que constituíram a exclusão justificada, a invisibilidade, a caridade.

Portanto, cabe continuar a fazer análises das ressonâncias de tais discursos, e de como a necessidade ou não da inclusão da pessoa com deficiência é tratada pela I.A.D. Se as religiões tendem a assumir as narrativas e valores do seu tempo, quais construções de sentido esta instituição religiosa está legitimando em relação às pessoas com deficiência? Há ressignificações em relação à forma de perceber a pessoa com deficiência? e as quais lógicas estão ligadas? (BAUMAN, 1999). Ou apenas trata-se de uma disputa social e política que não há interessados?. Se o papel da ciência é tentativas de conhecer o que não vemos, teremos muito trabalho a fazer.

Referências

ALONSO, Leandro Seawright. Jesus Narrativo: oralidade cristã entre história, memória e mítica. PLURA, Revista de Estudos de Religião/PLURA, v. 3, n. 1, Jan-Jun, p. 130-148, 2012.

AMARAL, Lígia A. *Pensar a Diferença/Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência –CORDE, 1994. p.14. Disponível em: pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-. Acesso em: 17-10-2017.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

ASSMANN, Hugo. *Clamor dos pobres e “racionalidade” econômica*. São Paulo: Paulinas, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*, tradução, Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria para uma teoria sociológica da religião*. BENEDETTI Luiz Roberto (org.). Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BÍBLIA, Genebra. São Paulo e Barueri, Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. 100 p.: il. fots. color. ISBN: 978-85-60877-18-8 Disponível:

www.mpsp.mp.br/portal/page/...ppdeficiencia/.../ConvONU-PCDLegislaçãobr.doc. Acesso em: 20-11-2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1995). Brasília: Senado Federal.

BULTMANN, Rudolf. *Teologia do Novo Testamento*, Editora Teológica, 2004.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento neopentecostal-Igreja Universal do Reino de Deus*. Doutorado em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo: IMES, 1996. Disponível em: www.neppdh.ufrj.br/ole/textos/t_g_campos1996.pdf. Acesso em 02-12-2017.

CARTILHA DO CENSO 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretariade Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD).

CAVALCANTE, F.G.; MINAYO, M.C.S. Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.14, n.1, p.57-66, 2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/icse/v15n36/aop4110 . Acesso em: 19-12-2017.

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS MEMBROS DA CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL - CGADB. Disponível em: <https://www.cgadb.org.br/site2017/>. Acesso em: 16-11-2017.

DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75 Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/livrodigital/files/assets/basic-html/index.html#3>. Acesso em: 20-11-2017.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

ESTATUTO DA CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL. Disponível em: <https://www.cgadb.org.br/site2017/>. Acesso em: 16-11-2017.

FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750*. Phoebus, 2007.

FERRAZ, S., et al.,orgs. *Deuses em poéticas: estudos de literatura e teologia*. Belém: UEPA; Campina Grande: EDUEPB, 2008. 364 p. ISBN 978-85-7879-010-3.

Fo, Jacopo; Tomat, Sergio; Malucelli, Laura. *O Livro Negro do Cristianismo - Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus*. Ediouro - Singular 2007. Disponível em: https://jandirainbow.files.wordpress.com/.../o_livro_negro_do_cristianismo_-_jacopo. Acesso em: 30-11-2017.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail, 8º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT. *A Ordem do Discurso*. 7ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001b.

FOUCAULT. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. (Aula de 12 de fevereiro de 1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro in: ANTONIAZZI, Alberto (org.). *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.p 67-159.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-Unicamp, 1993.

GALIMBERTI, Umberto; CALLONI, Euclides Luiz. *Rastros do sagrado: o cristianismo e a dessacralização do sagrado*. Paulus, 2003.

GASPARETTO, Zíbia, ditado por Lucius. *Somos todos inocentes*. 23. ed. São Paulo: Vida & Consciência Editora, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>. Acesso em 29-11-2017.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1990.

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. Disponível em:< http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em, v. 16, 1948.

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. Disponível em:< http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em, v. 16, 1948.

LEMOS, Carolina Teles. Dossiê: Vida e medo: concepções de corpo e sexualidade na tradição cristã-católica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 21, p. 284-305, abr./jun. 2011 - ISSN: 2175-5841 284DOI – 10.5752/P.2175-5841.2011v9n21p284.

LEMOS, Carolina Teles. ECCO, Clóvis. Religião e Família no Cotidiano dos Soropositivos para o HIV-AIDS. In: LEMOS, Carolina Teles. *Religião: Luzes e sombras da vida cotidiana*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016. p.43-66.

MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 8, p. 68-95, dez. 2008. Disponível em: www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf. Acesso em: 30-11-2017.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1999.

MARIN, Jérri Roberto. A Assembleia de Deus e sua inserção no mercado religioso da década de 1990. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 6, n. 17, p. 189-214, 2014. Disponível em: [www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932556_ARQUIVO_anpuh\[1\].pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932556_ARQUIVO_anpuh[1].pdf). Acesso em: 02-12-2017.

MARIN, Jérri Roberto. A Assembleia de Deus nos anos de 1990: A "Década da Colheita". Dossiê: Religião, Mercado e Mídia. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 12, n. 34, p. 436-464, abr./jun. 2014 – ISSN 2175-5841 440. disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014v12n34p436.br>. Acesso em: 03-12-2017.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.p.17-18.

MORAIS, Pastor José Alves Neto. *Década da colheita*. Assembleia de Deus. Disponível em: http://www.apazdosenhlor.org.br/p_index.php?pag=decada. Acesso em: 27-11-2017.

OLIVEIRA, Lilia Candella de. *Visibilidade e Participação Política*. 2010. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em: http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812002_10_pretextual.pdf. Acesso em: 8-11-2017.

PADILLA, R. *Missão integral: ensaios sobre o Reino e a igreja*. São Paulo: Fraternidade Teológica Latino americana – Setor Brasil e Temática Publicações, 1992.

PASSOS, Paulo Rogério Rodrigues. *Igreja Neopentecostal Fonte de Vida: A restauração da individualidade como estratégia de conversão e empoderamento da classe média brasileira*. Tese de doutorado em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. *Mutações do Cativo: escritos de psicologia e política*. São Paulo: Hacker Editora- Edusp, 2000.disponível em:

tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/.../Paulo%20Rogerio%20Rodrigues%20Passos.pdf. Acesso em: 10-12-2017.

PROJETO para a Década da Colheita. *Mensageiro da Paz*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1.237, p. 15, fev. 1990. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/2423/2220. Acesso em: 29-11-2017.

REIMER, Ivoni Richter. *Trabalhos Acadêmicos: modelos, normas e conteúdos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

RIBEIRO, Sheila Santos Carvalho. O *ethos* excludente do cristianismo em relação a pessoa com deficiência. *Religiões em Reforma: 500 anos depois*. Carolina Teles Lemos Publicação e-book no site PUC Goiás. ANAIS do XIII Seminário do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências da Religião e Soter Regional. 2017, p. 88-96. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/eventos/xiiiseminariodonucleodeensinopesquisaeeextensaoemcienciasdareligiaosoterregional/caderno-de-resumos/>. Acesso em: 19-11-2017.

ROCHA, Alessandro Rodrigues. *Teologia sistemática no horizonte pós moderno: um novo lugar para a linguagem teológica*. São Paulo. Vida, 2007.

SILVA, Otto Marques da. *A epopeia ignorada. A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1987.

SOUZA, José Pinheiro de Mitos Cristãos: desafios para o diálogo religioso/ José Pinheiro de Souza. 2. ed. revista - Fortaleza, 2012. 200p.

SOUZA, José Pinheiro de. *Três Maneiras de Ver Jesus: a maneira histórica, a mítica literal e a mítica simbólica*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011b. Unidas sobre os Direitos da Criança (1989). Onu-Brasil. Disponível em: <<http://>

VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; DA GAMA LIMA, Lana Lage. *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. EdUERJ, 2006.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991.

WEBER, Marx. 2000. *Economia e sociedade*. Vol. 1: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB.

ZAMBONI, Marcio, Marcadores Sociais. *Sociologia Especial*. 2012, p, 13-18. disponível em: <https://pt.scribd.com/document/315588314/ZAMBONI-MarcadoresSociais>. Acesso em: 24-11-2017.